



## Memória Reunião Abertura dos Trabalhos

	Nome	Função/formação
<b>Participantes:</b>	MIRNA CORTOPASSI LOBO	Coordenadora Geral Revisão Plano Diretor – Tese Tecnologia
	MARCELLE BORGES	Arquiteta e Urbanista – Tese Tecnologia
	CARLOS EDUARDO SCHMITT	Secretário de Planejamento – Coordenação do PD
	ANTÔNIO ADOLFO SCHÖPPING FILHO	Engenheiro Civil – Sec. Planejamento
	DAISY PEREIRA	Engenheira Civil – Sec. Planejamento

Inicialmente, o secretário Carlos Eduardo teve de se ausentar do início da reunião, por solicitação do Sr. Prefeito, se apresentou como responsável pelo processo de revisão do Plano Diretor de Ilhota, apresentando os engenheiros Daisy Pereira e Antônio Adolfo Schöpping Filho, para o início das discussões, até o seu retorno.

A Professora Mirna questionou se o município possui uma planta geral do território municipal e da área urbana. Foi informado que todo o material relativo ao Plano Diretor em vigência está na prefeitura, possuindo todo o sistema viário, zoneamento, entre outras informações. Estão em formatos .shp e .dwg, além de outros insumos atualizados desde então.

Também foi perguntado, pela Professora Mirna, se a Prefeitura possuía alguma imagem recente do município (ortofoto) e planta cadastral. Foi informado que não possuem imagem e que no momento, trabalham com as imagens do Google Earth, que julgam estar

relativamente atualizadas. Quanto à Planta cadastral, têm atualizado progressivamente, não garantindo, no entanto, que esteja totalmente atualizada.

Antônio e Daisy comentaram que dentro da secretaria ambos trabalham em várias frentes, não possuindo atribuição exclusiva. Ambos informaram que são formados em engenharia civil e compartilharam seus contatos (e-mail e telefone).

A Prefeitura possui todos os documentos relativos ao Plano Diretor vigente, mas conforme informado pelos engenheiros, muitas modificações foram introduzidas nas leis vigentes ao longo desse período, 2007/2019, gerando dúvidas na interpretação e necessitando de uma revisão e compilação de todos os instrumentos legais relativos ao zoneamento do uso e ocupação do solo. A proposta para a presente revisão é consolidar essa situação jurídica através de uma nova lei. Existe um anseio, por parte dos servidores municipais, principalmente quanto a questão viária – configuração das vias, estado de conservação, revestimento e demais características do sistema viário.

Um ponto de atenção levantado por Antônio e Daisy é a inserção regional do município de Ilhota, que se encontra entre municípios importantes e de maior porte de Santa Catarina, existindo uma pressão para o desenvolvimento e crescimento da região.

A Professora Mirna questionou se na via principal há tráfego de passagem. É uma via de importância para o comércio, e foi ao longo da mesma o processo de nascimento e crescimento da cidade. Conforme relatado, o centro e a cidade se desenvolveram muito próximos ao rio e ao longo da rodovia, o que atualmente gera muitos problemas, principalmente em relação ao tráfego de caminhões – acesso a outros municípios da região e ao interior de Santa Catarina.

Conforme relatado pelo engenheiro Antônio, a Lei de Perímetro Urbano não é muito precisa, mas no momento supre as necessidades do município. A Professora Mirna questionou se há perímetros de outros distritos urbanos ou se seria somente o do distrito sede. Os técnicos comentaram a existência de duas outras áreas, sendo uma delas, a Pedra de Amolar, com cerca de 2.000 casas.

No início do ano, conforme relatado pelos servidores, houve uma tentativa de consolidar as Leis que são bastante fragmentadas, em uma base única (um mapa), o qual foi impresso e fornecido para a Tese em tamanho A4, e sobre o qual foram feitas algumas análises da inserção regional e das rodovias. Nota-se a proximidade do município da região litorânea e municípios de caráter turístico expressivo. Além disso, foi apontada a existência de uma macrozona de proteção, a qual, é de interesse continuar protegendo.

Foi questionado sobre a planta cadastral, tal qual aparece no Termo de Referência. O Secretário esclareceu que não tem relação com o cadastro multifinalitário, cuja responsabilidade é da área de finanças (IPTU) e não integra o escopo da revisão do Plano Diretor.

Os técnicos e o Secretário Carlos Eduardo, destacaram que o saneamento urbano é municipalizado desde 2017. A rede de esgoto não cobre todo o território e não há estações de tratamento dos efluentes sanitários. Foi relatado que anteriormente a responsabilidade era da CASAN e o sistema foi entregue ao município em condições precárias. O município está com dificuldades de captar recursos para melhorias do sistema, tanto de captação, tratamento e distribuição de água, como também para ampliar e qualificar a rede de esgotamento sanitário. Foi relatado, também, que nos novos loteamentos é exigido a implantação do sistema de saneamento, ainda que não esteja completamente consolidado o sistema coletivo. Há 2 ETAs (Centro e Pedra de Amolar). A Professora Mirna comentou sobre expandir as possibilidades de captação de recursos, principalmente via União e, para exemplificar, contou sobre sua experiência com o PR.

Não se sabe o tamanho da SAMAE (número de funcionários, etc.).

O Secretário Carlos Eduardo questionou sobre a dinâmica de trabalho. A Professora Mirna apresentou a proposta de cronograma e propôs a divisão dos pagamentos conforme as entregas. Foi destacado a necessidade de se cumprir os prazos.

Foi explicado como seriam as primeiras entregas e o funcionamento do comitê gestor, cuja definição está presente do Termo de Referência. A audiência para definição desse comitê e apresentação do processo de revisão do Plano Diretor deverá ser marcada pela Prefeitura, estando prevista para a primeira semana de junho. Ressaltou-se a importância do grupo do comitê gestor ser mais diversificado, para não haver predominância do setor da construção civil.

Foram solicitadas as Leis existentes para que façam parte do processo de revisão. Os técnicos comentaram que já estão em ambiente virtual e que disponibilizarão para a consultora.

Foi, também, perguntado sobre a responsabilidade da iluminação pública no município, a qual é da CELESC, porém a municipalidade faz a manutenção.

Por último, comentou-se sobre a atualização do cronograma, o qual será disponibilizado o quanto antes, assim como a elaboração do espaço online do Plano Diretor, onde será possível recolher sugestões dos municípios e disponibilizar informações atualizadas sobre o processo de revisão.